



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

Os doutores do pessimismo

Não é preciso ser um grande gênio para constatar que vivemos num mundo bárbaro, que o ser humano é capaz das maiores atrocidades, que a vida é feita de competição, inveja, egoísmo e crueldade. Ninguém precisa ter vivido num campo de prisioneiros na Sibéria nem ter sido moleque em região violenta de uma grande cidade para saber disso. Mas virou moda, entre muitos intelectuais e jornalistas, anunciar uma espécie de “visão trágica” do mundo, como se se tratasse da mais surpreendente novidade.

Com certeza há nisso uma reação saudável contra o excesso de otimismo. Nada mais correto do que denunciar o horror. O que me parece estranho é que, mais que denunciar o horror, esses pensadores trágicos e jornalistas sombrios gostam de destruir as esperanças. O reconhecimento do Mal, a percepção de que ninguém é “bonzinho” e de que a realidade é uma coisa dura e feia vão-se transformando em algo próximo do fascínio. E, com diferentes níveis de elaboração e de cortesia pessoal, esses autores tendem a fazer do fascínio uma estratégia de choque.

Quanto mais chocarem o pensamento corrente (que considera ruim bombardear crianças e bom defender a Amazônia, por exemplo) mais ganharão em originalidade, leitura e cartas de protesto. Parece existir uma competição nas páginas dos jornais e na Internet para ver quem conseguirá ser o mais “durão”, o mais “realista”, o mais desencantado. Será chamado de ingênuo ou nostálgico todo aquele que quiser algo melhor do que o mundo em que vive. Então, aquilo que deveria ser ponto de partida se torna ponto de chegada: o horror e a crueldade fazem parte da paisagem. Melhor assim, quem sabe: “nós, pelo menos, tiramos disso a satisfação de não sermos ingênuos”. Você está esperançoso com a vitória de Obama? Ouço um risinho: “que otário”. Você quer que se preservem as reservas indígenas da Amazônia? Mais um risinho: os militares brasileiros entendem mais do problema do que você, que pensa ser bonzinho mas é tão malvado como nós. “Pois o ser humano é mau, desgraçado e infeliz desde que foi expulso do Paraíso. Você não sabe disso?”

O que sei é que algumas pessoas foram expulsas do Paraíso para morar numa mansão em Beverly Hills e outras para morar em Darfur ().*

(Adaptado de Marcelo Coelho, **Folha de S. Paulo**, 21/01/2009)

(*) *Beverly Hills* = rica cidade da Califórnia; *Darfur* = região pobre e conflituosa do Sudão.

1. O autor do texto insurge-se contra intelectuais e jornalistas que
 - (A) desconfiam de quem dissemina um excesso de pessimismo.
 - (B) denunciam as grandes atrocidades perpetradas pelo homem.
 - (C) defendem com radicalismo a preservação das reservas indígenas da Amazônia.
 - (D) propagam seu fascínio por uma visão de mundo desencantada.
 - (E) usam o pessimismo como estratégia para a defesa de boas causas.
2. O autor faz ver que, no afã de defenderem suas convicções, os *doutores do pessimismo*
 - (A) passam a se apoiar em valores do senso comum, na esperança de obterem um maior apoio de seus fiéis leitores.
 - (B) costumam ver na manifestação do horror um fato natural e consumado, em vez de tomá-la como estímulo a uma reação.
 - (C) acham desafortunadas tanto as pessoas que moram em Beverly Hill como as que moram em Darfur.
 - (D) posam de nostálgicos nas páginas dos jornais, para provocar polêmicas e cartas de protesto dos leitores.
 - (E) hesitam em considerar como boas as notícias que a maioria das pessoas não teve dúvida em julgar auspiciosas.
3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Embora ache saudável a denúncia das barbaridades do mundo, o autor se espanta com o prazer que isso dá a intelectuais e jornalistas que gostam de cultivar a desesperança.
 - II. Os *doutores do pessimismo* parecem atribuir a si mesmos, segundo o autor do texto, a qualidade de *realistas*, que fazem questão de se opor a quem alimenta esperanças de um mundo melhor.
 - III. No último parágrafo, com alguma ironia, o autor apresenta uma réplica à ideia de que todos os seres humanos estão, igualmente, condenados à infelicidade.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) I, somente.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *uma espécie de "visão trágica" (1º parágrafo) = tipo uma perspectiva sinistra.*
- (B) *diferentes níveis de elaboração (2º parágrafo) = incongruentes planos de efetivação.*
- (C) *uma estratégia de choque (2º parágrafo) = a tática de uma admoestação.*
- (D) *tiramos disso a satisfação (3º parágrafo) = excluímos assim o prazer.*
- (E) *fazem parte da paisagem (3º parágrafo) = estão integrados ao mundo.*
-
5. Uma nova e correta redação da frase:
- (A) *Não é preciso ser um grande gênio para constatar que vivemos num mundo bárbaro será **Ainda que não seja um grande gênio, pode-se verificar de que nosso mundo é bárbaro.***
- (B) *Com certeza há nisso uma reação saudável contra o excesso de otimismo será **Há por isso, com certeza, um salutar desvio ao excesso do otimismo.***
- (C) *Quanto mais chocarem o pensamento corrente, mais ganharão em originalidade será **Tanto mais forem de encontro às ideias que circulam, tanto mais serão criativos.***
- (D) *Será chamado de ingênuo ou nostálgico todo aquele que quiser algo melhor do que o mundo em que vive será **Ver-se-á como puro e saudoso qualquer um que pretender habitar o melhor dos mundos.***
- (E) *Os militares brasileiros entendem mais do problema do que você, será **Ao contrário de você, são os militares que entendem bem de tal problema.***
-
6. A frase em que há **incorreção** quanto à concordância verbal é:
- (A) Não espantarão as atrocidades do nosso mundo a quem já conhece as crueldades de que um homem é capaz.
- (B) Nenhum de nós se obrigará a viver num campo de prisioneiros da Sibéria para poder avaliar quão bárbaro é este nosso mundo.
- (C) Costumam chocar os pensamentos correntes todo aquele que esteja interessado em promover sua marca de originalidade.
- (D) Assiste-se a tantos tristes espetáculos neste mundo que muitos passam a difundir uma visão inteiramente desaperaçada de tudo.
- (E) Interessou ao autor explorar os drásticos contrastes que há entre os que moram em Beverly Hills e os que vivem em Darfur.
-
7. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Otário é você, que confia de que Obama faça um governo competente, de cujo não há ainda qualquer indício.
- (B) Prefira-se morar em Beverly Hills do que morar em Darfur; a esta região falta tudo o que aquela não falta.
- (C) Esses doutores, de cujo pessimismo todos conhecem, estão sempre aplicados com a difusão fascinada dos horrores.
- (D) É como se a barbárie e a crueldade, às quais esses doutores assistem com indiferença, fossem fenômenos cujo horror devesse ser naturalizado.
- (E) O autor está convicto que tais doutores representam um radical pessimismo, de cujo parecem orgulhar-se de ostentar.
-
8. Transpondo-se para a voz passiva a construção dada, chega-se à forma verbal indicada entre parênteses em:
- (A) *para constatar que vivemos num mundo bárbaro (...)* (**seja constatado**)
- (B) *Quanto mais chocarem o pensamento corrente (...)* (**estiver chocando**)
- (C) *bom defender a Amazônia (...)* (**tenha sido defendida**)
- (D) *virou moda anunciar uma espécie de visão trágica (...)* (**ter anunciado**)
- (E) *Ouçou um risinho (...)* (**foi ouvido**)
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Marcelo Coelho, jornalista, não hesitou a contrapor-se com seus colegas de imprensa, nos quais surpreende uma dose exagerada de pessimismo, com o qual não haveria remissão possível.
- (B) Provavelmente Marcelo Coelho já se havia sentido alvo de mofa ou de zombaria, por parte de colegas seus, que julgando ele um ingênuo, elegiam-se ao mesmo tempo enquanto mestres do pessimismo.
- (C) O autor do texto promoveu uma espécie de diagnóstico, daqueles que, na imprensa, optando na estratégia do pessimismo veem nela a reação saudável de quem não seja necessariamente ingênuo.
- (D) A indiferença da Amazônia, bem como considerar admissível que crianças sejam bombardeadas, não são ingenuidades, para o autor, mas demonstração de quem não concorda com a barbárie.
- (E) O autor do texto não hesita em alinhar-se entre aqueles que, embora cientes dos horrores deste mundo, cultivam a expectativa de uma vida melhor, anunciada por fatos promissores.



10. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) Será preciso manifestar-se um grande gênio para que se viesse a ter conhecimento dos males que assolam nosso mundo?
- (B) Fosse preciso viver em Darfur para depois desfrutar do nível de vida de Beverly Hills, a muita gente ocorreria passar algum tempo naquela região.
- (C) Ninguém precisará viver num campo de refugiados, se quisesse conhecer a fundo a miséria humana, com seu repertório de violências.
- (D) A vitória de Obama passou a representar, para um sem-número de pessoas, uma perspectiva de mudança com que elas já não contassem.
- (E) Aquele que vier a confundir esperança com ingenuidade provavelmente nunca se interessasse em distinguir entre oportunismo e pessimismo.

11. O pessimismo não é raro, nem difícil; encontramos o pessimismo por toda parte, pois não faltam, em nosso cotidiano, razões para que se alimente o pessimismo em suas versões mais drásticas, assim como não fazem questão de abandonar o pessimismo aqueles que acabaram se acostumando com ele.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) encontramos-lo - se o alimento - abandoná-lo
- (B) encontramos-lo - se lhe alimento - o abandonar
- (C) o encontramos - se alimente-o - lhe abandonar
- (D) encontramos-lhe - alimente-se a ele - abandoná-lo
- (E) lhe encontramos - se o alimento - abandonar-lhe

12. Quanto mais chocarem o pensamento corrente (...), mais ganharão em originalidade, leitura e cartas de protesto.

A relação estabelecida pelos dois elementos sublinhados na frase acima mantém-se na que travam os elementos sublinhados em:

- (A) Ora você parece conservador, ora faz pose de revolucionário.
- (B) Já dizia um desses velhos provérbios: maior a altura, maior o tombo.
- (C) Ele é tão mais otimista que seus companheiros de geração...
- (D) Seja por excesso de escrúpulos, seja por falta deles, ela sempre age de modo estranho.
- (E) Assim como há pessimistas empedernidos, assim também não faltam otimistas ingênuos.

Atenção: As questões de números 13 a 20 referem-se ao texto que segue.

Entre ações e acionistas

Nosso velho Machado de Assis não cansa de nos passar lições sobre a atualidade – ele, que morreu há mais de cem anos. Há mesmo quem diga que o velhinho está escrevendo cada vez melhor... Essa força vem, certamente, da atualização, sempre possível e vantajosa, dos escritos machadianos. Melancolicamente, isso também significa que a história da humanidade não avançou tanto, pelo menos não a ponto de desmentir conclusões a que Machado chegou em seu tempo.

Num de seus contos, lembra-nos o escritor que os homens, sobretudo os de negócios, costumam reunir-se em associações empresariais, mas cada um dos acionistas não cuida senão de seus dividendos... A observação é ferina, pelo alcance que lhe podemos dar: é o egoísmo humano, afinal de contas, que está na origem de todas as nossas iniciativas de agrupamento e colaboração. É o motor do interesse pessoal que nos põe em marcha na direção de um objetivo supostamente coletivo.

Haverá muito exagero, talvez, nessa consideração machadiana – mas ela não deixa de ser instigante, obrigando-nos a avaliar os reais motivos pelos quais tantas vezes promovemos agrupamentos e colaborações. É como se Machado desconfiasse da pureza ética do nosso suposto desprendimento e preferisse vasculhar em nosso íntimo a razão verdadeira de cada ato.

Com a referência às ações e aos acionistas, o escritor pôs a nu o sentido mesmo do capitalismo, esse sistema econômico ao qual todos aderem para garantir sua parte. A crise que se abateu recentemente sobre os Estados Unidos, com repercussão mundial, provou que, quando todos só querem ganhar, todos podem perder, e o decantado associacionismo acaba revelando seu rosto mais cruel. Talvez seja melhor torcermos para que Machado nem sempre tenha razão.

(Júlio Ribamar de Castilho, inédito)

13. É correto afirmar, analisando o desenvolvimento do texto, que o autor,

- (A) no 1º parágrafo, refere-se com reverência a Machado de Assis, embora não adiante ainda qualquer razão que a justifique.
- (B) no 2º parágrafo, ressalta a razão pela qual Machado de Assis julgou que seus contemporâneos eram homens piores que os de outras épocas.
- (C) no 3º parágrafo, ressalva a veracidade da observação machadiana sobre os acionistas, chegando a considerá-la inoportuna.
- (D) no 4º parágrafo, comprova afirmações suas anteriores, mostrando como o curso da História revigora a atualidade das convicções machadianas.
- (E) em cada um dos parágrafos, acentua a importância de Machado de Assis para os estudos mais especulativos sobre Ética.



14. Atente para as seguintes afirmações:
- I. O egoísmo humano, segundo nos lembra um dos contos machadianos, exemplifica-se bem nas iniciativas em que é a maior rentabilidade individual o motivo mesmo da criação de associações.
 - II. O fato de serem excessivamente pessimistas as considerações machadianas sobre os interesses humanos acaba resultando em que suas lições despertam interesse diminuído a cada dia.
 - III. Se as convicções de Machado se mostrarem cada vez mais acertadas, servirão de argumento para quem deseje sustentar o desprendimento pressuposto ao sistema capitalista.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em:
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) I.
15. Depreende-se da leitura do texto que o autor, ao analisar a contribuição de Machado de Assis, conclui que é boa lição
- (A) encararmos nossos defeitos, para tentarmos repará-los contando com ajuda do próximo.
 - (B) esquecermos nossas fraquezas, para que melhor possamos nos concentrar em nossas virtudes.
 - (C) reconhecermos, por difícil que isso seja, os móveis reais da conduta que apreciamos dar como virtuosa.
 - (D) analisarmos, com o desprendimento que nos é habitual, as situações críticas em que podemos interferir positivamente.
 - (E) ponderarmos que as vantagens materiais não compensam nossas mazelas espirituais, por lucrativa que seja uma atividade.
16. *Haverá muito exagero, talvez, nessa consideração machadiana – mas ela não deixa de ser instigante (...).*
- Reescrevendo-se a frase acima, começando-se por *Essa consideração machadiana não deixa de ser instigante*, a correção e o sentido não serão prejudicados com esta complementação:
- (A) por conta, talvez, de seu grande exagero.
 - (B) conquanto seja talvez bastante exagerada.
 - (C) haja vista seja, quem sabe, muito exagerada.
 - (D) até porque há nela bastante exagero.
 - (E) no caso de que nela possa haver exagero.
17. Os dois segmentos destacados constituem, na ordem dada, a relação indicada entre parênteses na seguinte alternativa:
- (A) *A observação é ferina / pelo alcance que lhe podemos dar* (consequência e causa)
 - (B) *não cansa de nos passar lições sobre a atualidade / ele, que morreu há mais de cem anos.* (hipótese e confirmação)
 - (C) *a história da humanidade não avançou tanto / pelo menos não a ponto de desmentir conclusões a que Machado chegou em seu tempo.* (tese e rejeição da tese)
 - (D) *os homens costumam reunir-se em associações empresariais / mas cada um dos acionistas não cuida senão de seus dividendos* (opinião e fato)
 - (E) *Talvez seja melhor torcermos / para que Machado nem sempre tenha razão* (causa e consequência)
18. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) A obra machadiana, com a qual (**vir**) instruindo-se os leitores, tem um alcance analítico inexcedível.
 - (B) (**ter**) impressionado a um sem-número de leitores suas implacáveis interpretações do comportamento humano.
 - (C) Talvez não se (**adequar**) ao espírito mesmo da obra de Machado os louvores agradecidos que lhe endereçam alguns leitores.
 - (D) Muitos creem que (**comportar**) cada um de seus pequenos contos incontáveis ensinamentos de vida.
 - (E) Entre os contos machadianos que mais se (**ler**) está, sem dúvida, o intitulado "Missa do galo".
19. A pontuação está inteiramente adequada na seguinte frase:
- (A) Ai de quem por amor à ilusão, queira enxergar em si mesmo somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou, para que vejamos se atrás de cada justificativa alegada, não vigora o motivo real.
 - (B) Ai de quem, por amor à ilusão queira enxergar em si mesmo, somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou para que vejamos se atrás de cada justificativa, alegada, não vigora o motivo real.
 - (C) Ai de quem, por amor à ilusão, queira enxergar em si mesmo somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou para que vejamos se, atrás de cada justificativa alegada, não vigora o motivo real.
 - (D) Ai de quem por amor, à ilusão, queira enxergar em si mesmo somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou para que vejamos, se atrás de cada justificativa alegada não vigora o motivo real.
 - (E) Ai, de quem por amor à ilusão, queira enxergar em si mesmo, somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou, para que vejamos se atrás de cada justificativa alegada, não vigora o motivo real.
20. Está coerente, clara e correta a redação da frase:
- (A) Já fazem mais de cem anos que Machado de Assis passa-nos lições que, longe de envelhecerem, ainda assim parecem atuais.
 - (B) Não se deve culpar a Machado por amiudados exageros nas análises que tão implacável quanto ponderadamente exerce sobre nosso caráter.
 - (C) Os leitores que vão de encontro às ideias machadianas só o fazem por que identificam-se quase de modo acrítico com as mesmas.
 - (D) Ao invés de condenar-se Machado pelo pessimismo de seu pensamento faria melhor quem o louvasse pelo discernimento do mundo real.
 - (E) O saldo das análises que faz Machado do nosso comportamento não é alentador para a alma, mas instiga nosso pensamento crítico.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Prevê o artigo 2º da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que dispõe sobre definição, processo e julgamento dos crimes de responsabilidade:

Art. 2º. Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis de pena de perda do cargo, com inabilitação, até 5 (cinco) anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o procurador-geral da República.

O dispositivo legal acima transcrito

- (A) é integralmente incompatível com a Constituição de 1988, não tendo por esta sido recepcionado.
- (B) não foi recepcionado pela Constituição de 1988, no que se refere ao tempo estabelecido para a pena de inabilitação para o exercício de função pública.
- (C) é incompatível com a Constituição de 1988 apenas no que se refere à competência do Senado Federal para imposição das penas ao Presidente da República.
- (D) é incompatível com a Constituição da República no que se refere à competência do Senado Federal para processar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (E) foi integralmente recepcionado pela Constituição de 1988.

22. Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, estabelece a Constituição da República que

- (A) compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- (B) os Municípios poderão incorporar-se entre si, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Município ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (D) a incorporação, fusão ou o desmembramento de Estados far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- (E) é vedado aos entes da Federação criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, salvo disposição contrária estabelecida em lei complementar.

23. Considere as seguintes afirmações sobre o tratamento dispensado pela Constituição à propriedade imobiliária urbana e rural:

- I. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- II. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposição de sucessivas medidas coercitivas, até a desapropriação.
- III. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até dez anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
- IV. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, de até duzentos e cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, adquirir-lhe-á a propriedade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

24. A tutela constitucional do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado abrange previsão segundo a qual

- (A) incumbe ao Poder Público definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração permitida somente através de lei, vedada a supressão ou utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- (B) o aproveitamento do potencial de energia renovável, ainda que de capacidade reduzida, dependerá de autorização ou concessão do Poder Público.
- (C) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pela União, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (D) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem ao Estado em cujo território estiverem localizados.
- (E) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



25. Relativamente ao financiamento da seguridade social, estabelece a Constituição da República que
- (A) as receitas dos Estados, Municípios e do Distrito Federal integrarão o orçamento da União.
- (B) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (C) as contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários somente poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica que exerce.
- (D) o produtor que exerce suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, está isento da contribuição para a seguridade social, mas fará jus aos benefícios desta decorrentes, nos termos da lei.
- (E) a lei definirá critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde da União para os Estados e Municípios, sendo desnecessária contrapartida de recursos.
-
26. Ao tratar do direito à liberdade em suas diversas facetas, a Constituição Federal assegura
- (A) a liberdade de reunião, mediante prévia autorização da autoridade administrativa competente, nos termos da lei.
- (B) que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- (C) a liberdade de associação, condicionada à prévia autorização da autoridade administrativa competente, nos termos da lei.
- (D) o acesso ao ensino religioso de matrícula obrigatória nas escolas públicas.
- (E) o direito de acesso gratuito ao sistema único de saúde.
-
27. NÃO se encontra dentre as competências do Senado Federal
- (A) aprovar previamente a escolha de Presidente e diretores do Banco Central.
- (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (C) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (E) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
-
28. A matéria constante de projeto de lei rejeitado
- (A) somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas legislativas.
- (B) somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta do Presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma legislatura, caso apresentado mediante iniciativa popular.
- (D) não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- (E) não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma legislatura.
-
29. Considerando as normas constitucionais que tratam da edição, aprovação e produção de efeitos das medidas provisórias, é correto dizer que elas
- (A) podem versar sobre quaisquer matérias, desde que estejam presentes a urgência e a relevância.
- (B) perdem a eficácia, caso não sejam convertidas em lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por uma vez, suspendendo-se o curso do prazo durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.
- (C) terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- (D) não podem ser objeto de projeto de lei de conversão que altere seu texto original.
- (E) entrarão em regime de urgência, se não forem apreciadas em até 30 (trinta) dias contados de sua publicação.
-
30. Considerando as atribuições do Poder Judiciário, pode-se dizer que
- (A) somente os Tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- (B) é vedada aos juízes a declaração de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos municipais.
- (C) cabe também aos juízes singulares o julgamento das ações declaratórias de constitucionalidade, produzindo as respectivas decisões efeito vinculante e eficácia contra todos.
- (D) aos Tribunais Militares é vedada a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- (E) cabe ao Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o órgão administrativo competente supra a omissão inconstitucional.
-
31. Dentre as normas constitucionais que versam sobre o direito à segurança encontra-se aquela segundo a qual
- (A) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente.
- (B) os tribunais de exceção serão criados pelos Estados-membros nos termos da lei.
- (C) a norma penal somente retroagirá para prejudicar o réu nos casos previstos em lei.
- (D) todos os atos ou omissões definidos pela lei como crimes estão sujeitos à prescrição.
- (E) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.



32. Aos juízes federais compete julgar, dentre outras,
- (A) as causas de falência em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal sejam interessadas.
 - (B) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 - (C) as causas relativas à grave violação de direitos humanos, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
 - (D) todas as causas em que forem partes, de um lado, autarquia federal de previdência e, de outro, o segurado ou beneficiário.
 - (E) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, desde que o início da execução e o resultado tenham ocorrido no Brasil.
-
- Direito Administrativo**
33. São, respectivamente, exemplos da aplicação do poder disciplinar e do poder de polícia, no âmbito da Administração Pública, a
- (A) aplicação de penalidade de demissão a servidor e a interdição de estabelecimento por razões sanitárias.
 - (B) delegação de competência e a prisão em flagrante de servidor.
 - (C) avocação de competência e a aplicação de penalidade de multa a servidor.
 - (D) aplicação de penalidade de advertência a servidor e a anulação de ato administrativo.
 - (E) revogação de ato administrativo e a condenação de servidor por improbidade administrativa.
-
34. Nos termos da legislação federal aplicável à matéria dos atos administrativos,
- (A) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados somente por decisão judicial.
 - (B) em defesa do interesse público, os atos que apresentarem defeitos, mesmo que aparentemente sanáveis, não poderão ser convalidados.
 - (C) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
 - (D) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, devendo eventuais prejuízos a terceiros, detectados no momento da convalidação, ser reparados por ação própria.
 - (E) apenas mediante requerimento de terceiros, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
-
35. Nos termos da lei, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. No caso de efeitos patrimoniais contínuos,
- (A) não ocorre tal prazo de decadência.
 - (B) o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
 - (C) o prazo de decadência considera-se suspenso.
 - (D) o prazo de decadência considera-se interrompido.
 - (E) o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.
-
36. A situação na qual a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato administrativo, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido caracteriza o vício dito pela Lei
- (A) ilegalidade do objeto.
 - (B) desvio de finalidade.
 - (C) desvio de poder.
 - (D) inexistência dos motivos.
 - (E) ausência de motivação.
-
37. Os contratos administrativos, regidos pela Lei nº 8.666/93, regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público,
- (A) aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, mas não as disposições de direito privado.
 - (B) aplicando-se-lhes, supletivamente, as disposições de direito privado, mas não os princípios da teoria geral dos contratos.
 - (C) aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - (D) não se lhes aplicando, supletivamente, nem os princípios da teoria geral dos contratos, nem as disposições de direito privado.
 - (E) aplicando-se-lhes, também, em pé de igualdade, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
-
38. NÃO integra o rol legal de cláusulas necessárias em todo contrato administrativo, regido pela Lei nº 8.666/93,
- (A) o objeto e seus elementos característicos.
 - (B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
 - (C) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
 - (D) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.
 - (E) a obrigação ou a dispensa de o contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



39. Como regra, quando permitida na licitação, regida pela Lei nº 8.666/93, a participação de empresas em consórcio,
- (A) admite-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
- (B) admite-se, para efeito de qualificação técnica, assim como para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos quantitativos ou valores de cada consorciado.
- (C) admite-se, para efeito de qualificação técnica, assim como para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos quantitativos ou valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
- (D) impõe-se, para efeito de qualificação técnica, que cada consorciado atenda aos quantitativos exigidos para os licitantes individuais, o mesmo ocorrendo quanto aos valores para qualificação econômico-financeira.
- (E) admite-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, mas, para efeito de qualificação econômico-financeira, impõe-se que cada consorciado atenda aos valores exigidos para os licitantes individuais.
-
40. NÃO configura hipótese legal em que a licitação é dispensável:
- (A) caso de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) situação na qual não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas.
- (C) situação na qual a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (E) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
-
41. É princípio estranho ao rol contido na Lei federal que traz normas sobre processo administrativo o princípio
- (A) da motivação.
- (B) da razoabilidade.
- (C) da inércia processual.
- (D) da segurança jurídica.
- (E) do interesse público.
-
42. NÃO é impedido de atuar em processo administrativo, tão somente por este motivo, nos termos da Lei federal sobre o tema, o servidor ou autoridade que
- (A) tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- (B) tenha participado ou venha a participar como perito.
- (C) tenha participado ou venha a participar como testemunha.
- (D) haja tido contato oficial com o interessado, antes de iniciado o processo.
- (E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
-
43. Nos termos da Lei estadual do Amapá, nº 66/93, a exoneração de cargo efetivo, de ofício,
- (A) não pode ocorrer, somente se aplicando exoneração a pedido.
- (B) dar-se-á quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, necessariamente verificadas em processo judicial transitado em julgado.
- (C) dar-se-á quando o servidor não tomar posse ou deixar de entrar em exercício nos prazos legais.
- (D) dar-se-á como consequência de processo administrativo disciplinar para apuração de falta tipificada como crime.
- (E) dar-se-á como consequência de processo administrativo disciplinar para apuração de falta tipificada como improbidade administrativa.
-
44. Está em desacordo com o Provimento Geral da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá dizer que cabe aos Juízes
- (A) inspecionar semestralmente os serviços cartorários, informando ao Corregedor, nos meses de junho e dezembro, o resultado das inspeções.
- (B) aplicar, aos servidores que lhes sejam subordinados, penalidades disciplinares que não excedam a trinta dias de suspensão, em virtude de falta disciplinar apurada mediante sindicância.
- (C) cumprir cartas rogatórias, precatórias e de ordem, pertinentes à matéria de sua competência.
- (D) indicar à nomeação o Chefe da respectiva Secretaria, ao qual cabe, a seu turno, indicar seu substituto legal.
- (E) sugerir ao Corregedor medidas adequadas à melhoria do serviço cartorário, adotando as que sejam de sua competência.

**Direito Processual Civil**

45. No que se refere à coisa julgada é correto afirmar que

- (A) não faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, ainda que a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- (B) não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença concessiva de mandado de segurança, cujo valor do benefício econômico perseguido, não exceda a sessenta salários mínimos.
- (C) em regra, está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra autarquias, fundações de direito público e sociedades de economia mista.
- (D) faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida com fundamento da sentença.
- (E) nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença não produzirá coisa julgada em relação a terceiros.

46. Considere as seguintes assertivas sobre o Processo Cautelar:

- I. Na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória.
- II. Em regra, a sentença proferida no arresto faz coisa julgada na ação principal.
- III. Na ação cautelar de busca e apreensão, tratando-se de direito autoral, o juiz designará, para acompanhar os oficiais de justiça, dois peritos aos quais incumbirá confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão.
- IV. O juiz não poderá, em nenhuma hipótese, indeferir os pedidos referentes a protesto, notificação ou interpelação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

47. Sobre o Recurso Extraordinário é certo que

- (A) se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 3 (três) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
- (B) o Supremo Tribunal Federal, em decisão recorrível por meio de Agravo, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos preconizados pela lei.
- (C) o Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
- (D) a Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial, mas não valerá como acórdão.
- (E) da decisão do Relator que não admitir ou negar provimento ao agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de Recurso Extraordinário, caberá agravo no prazo de dez dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.

48. No que concerne aos atos processuais, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.
- (B) Os termos de juntada, vista, conclusão e outros semelhantes constarão de notas datadas e rubricadas pelo escrivão.
- (C) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- (D) A desistência da ação produzirá efeito de forma imediata após o protocolo da petição, independentemente de homologação judicial por sentença.
- (E) No caso de processo eletrônico, eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir de plano, registrando-se a alegação e a decisão no termo.

49. Considere as seguintes assertivas sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente:

- I. O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida e, efetuado o pagamento no prazo fixado o executado estará isento do pagamento da verba honorária.
- II. A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.
- III. Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, ainda que destinados à satisfação de prestação alimentícia.
- IV. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento do exequente, determinar, a qualquer tempo, a intimação do executado para indicar bens passíveis de penhora.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

50. A impugnação ao cumprimento voluntário de sentença condenatória NÃO poderá versar sobre

- (A) ilegitimidade das partes.
- (B) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia.
- (C) inexigibilidade do título.
- (D) penhora incorreta ou avaliação errônea.
- (E) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação anterior à sentença.



<p>51. No que se refere ao pedido no procedimento ordinário, de acordo com o Código de Processo Civil, é certo que</p> <p>(A) se tratando de obrigação de fazer, quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, desde que o autor não tenha formulado pedido alternativo.</p> <p>(B) é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.</p> <p>(C) após a citação, mas antes de decorrido o prazo para contestação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.</p> <p>(D) não é lícito formular pedido genérico, mesmo se a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.</p> <p>(E) na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá a sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.</p>	<p>55. Considerando as regras sobre a competência estabelecidas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) nos crimes a distância, cuja execução foi iniciada no Brasil e o resultado ocorreu em outro país, a competência será da Capital Federal Brasileira.</p> <p>(B) se tratando de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será do lugar no qual teve início a infração.</p> <p>(C) nos casos de tentativa, a competência será determinada pelo lugar em que foi praticado o primeiro ato de execução.</p> <p>(D) nos casos de ação privada exclusiva, o querelante pode preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, mesmo que conhecido o lugar da infração.</p> <p>(E) não sendo conhecido o lugar da infração e tendo o réu apenas um domicílio, a competência será determinada pela prevenção.</p>
<p>52. De acordo com o Código de Processo Civil, o procedimento sumário</p> <p>(A) poderá ser observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.</p> <p>(B) será observado nos casos de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, desde que o valor da causa não supere sessenta salários mínimos.</p> <p>(C) admite ação declaratória incidental e intervenção de terceiros com base no contrato de seguro.</p> <p>(D) exige que o autor, na petição inicial, apresente o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formule quesitos, podendo indicar assistente técnico.</p> <p>(E) impõe ao juiz, após receber a petição inicial, a designação de audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de cinco dias, com as advertências legais.</p>	<p>56. No processo ordinário, depois da resposta do réu, o juiz o absolverá sumariamente se presente um dos motivos para o julgamento antecipado, nos quais NÃO se inclui:</p> <p>(A) estar extinta a punibilidade do agente.</p> <p>(B) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.</p> <p>(C) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.</p> <p>(D) o fato narrado evidentemente não constitui crime.</p> <p>(E) denúncia assinada por Promotor de Justiça incompetente.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>53. A Constituição Federal NÃO prevê expressamente o princípio</p> <p>(A) da publicidade.</p> <p>(B) do duplo grau de jurisdição.</p> <p>(C) do contraditório.</p> <p>(D) da presunção da inocência.</p> <p>(E) do juiz natural.</p>	<p>57. No procedimento do júri, depois de recebida a denúncia e concluída a instrução preliminar, o juiz proferirá sentença, na qual</p> <p>(A) pronunciando o réu, mandará o processo ao Ministério Público para oferecimento de libelo acusatório no prazo de cinco dias.</p> <p>(B) se estiver convencido da materialidade do fato e da existência de indícios de autoria ou de participação, fundamentadamente, pronunciará o acusado, reconhecendo a competência do júri.</p> <p>(C) manterá obrigatoriamente a prisão ou medida de liberdade anteriormente decretada.</p> <p>(D) não precisará declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado nem especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena, pois estas são de competência do Juiz Presidente do Júri e dos jurados.</p> <p>(E) não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.</p>
<p>54. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público</p> <p>(A) pode intervir na prova produzida pelo querelante, mas não pode produzir prova nova.</p> <p>(B) não pode intervir no processo se não aditou a queixa.</p> <p>(C) pode aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva.</p> <p>(D) não pode retomar a ação como parte principal, mesmo que o querelante a abandone, pois já demonstrou ser desidioso.</p> <p>(E) pode aditar as razões de recurso interposto pelo querelante, mas não pode recorrer.</p>	



58. Sobre as nulidades no processo penal, considere:
- I. As nulidades ocorridas durante o julgamento em plenário do júri devem ser arguidas logo depois de ocorrerem.
 - II. As nulidades decorrentes de falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública; e de citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa, consideram-se sanadas se não arguidas em tempo oportuno, ou se, praticados de outra forma, o ato tiver atingido o seu fim, ou se a parte, ainda que tacitamente, tiver aceito os seus efeitos.
 - III. A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, devendo este, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
 - IV. As omissões da denúncia ou da queixa não poderão ser supridas depois das alegações finais.
 - V. Desde que arguida pela parte, deve ser declarada a nulidade do ato, mesmo que não tenha influído na decisão da causa.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) III, IV e V.
 - (E) I, III, IV e V.

59. Sendo a sucumbência pressuposto fundamental dos recursos, diz-se que ela é
- (A) reflexa, se o gravame atinge as partes dos dois polos do processo.
 - (B) recíproca, se o gravame também atinge interesses de pessoas que estejam fora da relação processual.
 - (C) parcial, se o gravame atinge apenas uma das partes.
 - (D) múltipla, se o gravame atinge interesses de várias pessoas, em ambos os polos.
 - (E) paralela, se o gravame atinge interesses idênticos, isto é, de pessoas que estão no mesmo polo, por exemplo, dois réus.

60. De acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal,
- (A) é relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para intimação de testemunha.
 - (B) há crime tentado quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
 - (C) o assistente do Ministério Público pode recorrer extraordinariamente de decisão concessiva de *habeas corpus*.
 - (D) é nula a citação por edital que indica o dispositivo de lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.
 - (E) fica prejudicada a apelação despachada tardiamente, embora entregue em Cartório no prazo legal.